



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2026.**

**CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, FIXA O PISO MUNICIPAL DOS SERVIDORES EFETIVOS, REVISA O VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O vencimento dos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, os proventos dos servidores inativos e dos pensionistas com paridade, o subsídio dos Vereadores, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, a remuneração dos Conselheiros Tutelares, bem como os subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição da República, a partir de 1º de janeiro de 2026, fica revisado em 3,9% (três vírgula noventa por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC/IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, sendo a base de incidência o mês de dezembro de 2025.

**§ 1º.** O índice de revisão geral fixado no caput deste artigo incide sobre os valores pagos a título de gratificações, gratificação de função, incorporações e complementações na forma da lei e a remuneração fixada para os bolsistas e estagiários.

**§ 2º.** O índice de revisão geral fixado no caput deste artigo aplica-se sobre a remuneração paga aos Empregados públicos previstos nas leis complementares 43/2007, 101/2012, 102/2012 e 168/2016.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**§ 3º.** O índice de revisão geral fixado no caput deste artigo aplica-se sobre a remuneração paga aos servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

**§ 4º.** As tabelas salariais do quadro civil ficam atualizadas pelo índice previsto no caput.

**Art. 2º.** O valor do piso municipal dos servidores fica fixado em R\$ 1.702,05 (um mil setecentos e dois reais e cinco centavos), de acordo com o estabelecido no art. 74, §2º, da Lei Complementar Municipal nº 304/2024, excluídos os profissionais do magistério.

**Parágrafo único.** Os servidores que após a aplicação do índice de revisão geral fixado no art. 1º. desta Lei, ainda permanecerem com seu vencimento em valor inferior ao piso fixado no caput, receberão a parcela denominada "Complemento de Piso" correspondente a diferença entre o valor do vencimento revisado e o valor fixado para o piso municipal.

**Art. 3º.** Art. 3º. Para os Profissionais do Magistério, os valores mínimos (piso municipal), resultantes da aplicação do índice de revisão geral anual previsto no art. 1º desta Lei, ficam fixados, proporcionalmente à carga horária, nos seguintes termos, a partir de 01/01/2026:

I - Profissionais do Magistério com 40 horas semanais, R\$ 5.057,61 (cinco mil e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos);

II - Profissionais do Magistério com 30 horas semanais, R\$ 3.793,21 (três mil setecentos e noventa e três reais e vinte e um centavos);

III - Profissionais do Magistério com 20 horas semanais, R\$ 2.528,81 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos);

IV - Profissionais do Magistério com 10 horas semanais, R\$ 1.264,40 (um mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

**§ 1º.** As tabelas salariais do magistério ficam adequadas aos valores fixados nesta lei.

**§ 2º.** Caso o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério para 2026 venha a ser fixado por norma federal em valor superior aos montantes estabelecidos neste artigo, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar específica para a necessária adequação, observada a legislação municipal aplicável.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º.** O piso salarial dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias fica fixado em R\$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais) nos termos do §4º do art. 74 da Lei Complementar Municipal nº 304/2024.

**Art. 5º.** Os valores de compensação financeira, previstos no art. 136 da Lei Complementar Municipal nº 304/2024, ficam revisados nos seguintes termos:

CARGO	VALOR
Médico - ESF	R\$ 7.619,92
Enfermeiro	R\$ 1.306,27
Técnico de Enfermagem	R\$ 925,22
Auxiliar de Enfermagem	R\$ 925,22
Odontólogo	R\$ 1.632,89
Técnico em Saúde Bucal	R\$ 925,22
Auxiliar de Saúde Bucal	R\$ 653,14

**Art. 6º.** O valor do Auxílio Alimentação previsto para o Poder Executivo e Legislativo será revisado em 13,9% (treze vírgula noventa por cento), correspondente ao INPC/IBGE acumulado no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (3,9%), acrescido de 10 (dez) pontos percentuais, a partir de 01/02/2026 ao Poder Executivo e 01/01/2026 ao Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** O §1º do art. 1º. da Lei nº 2.282/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º §1º O Auxílio Alimentação será pago de forma proporcional à carga horária do servidor nos seguintes valores:  
I - R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) por dia aos servidores com carga horária de 10 (dez) horas semanais;  
II - R\$ 7,63 (sete reais e sessenta e três centavos) por dia aos servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

III - R\$ 11,45 (onze reais e quarenta e cinco centavos) por dia aos servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e

IV - R\$ 15,27 (quinze reais e vinte e sete centavos) por dia aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou superior."

**Art. 7º.** O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

**Art. 8º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Santo Amaro da Imperatriz, em 19 de janeiro de 2026.

**GUSTAVO JOSÉ DE ABREU**

Prefeito Municipal





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM 001/2026**

Santo Amaro da Imperatriz/SC, em 09 de janeiro de 2026.

Excelentíssimo Vereador

**RICARDO PASSIG TURNES**

Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz

Senhor Presidente,

Cumpre-me passar às mãos de Vossa Excelência, para devida apreciação em regime de urgência desta colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que **“Submeto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que concede a revisão geral anual (RGA) dos vencimentos e subsídios no âmbito do Município, na forma do art. 37, X, da Constituição da República, com base no INPC/IBGE acumulado no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, no percentual de 3,90%, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.”**

A proposta também fixa o piso municipal dos servidores efetivos, em conformidade com os parâmetros previstos na legislação municipal vigente, e promove a adequação dos pisos do magistério e dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, observadas as normas aplicáveis.

No tocante ao Auxílio Alimentação (Vale-Alimentação), propõe-se a revisão do valor em 13,90%, correspondente ao INPC/IBGE do período acrescido de 10 (dez) pontos percentuais, preservando o poder de compra do benefício e observando a proporcionalidade por carga horária, nos termos da legislação específica.

Ressalta-se que a matéria foi estruturada em consonância com os limites constitucionais e legais, mantendo a responsabilidade fiscal e a compatibilidade com as peças de planejamento e orçamento.

Diante do exposto, solicito a apreciação e aprovação do Projeto de Lei em anexo.

Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

---

**GUSTAVO JOSÉ DE ABREU**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

